

---

**Daxiyanguo**

Portuguese Journal of Asian Studies | Revista Portuguesa de Estudos Asiáticos

ISSN: 1645-4677 | ISSN-e: 2184-9129 | 2023, 2.º semestre, Número 31, páginas 13-29

DOI: 10.33167/1645-4677.DAXIYANGGUO2023.31/pp.13-29

---

# **A Crescente Presença da República Popular da China nos MENA: o caso das relações Sino-Sauditas**

The Growing Presence of the People's Republic of China in the MENA:  
The Case of Sino-Saudi Relations

**Teresa de Almeida e Silva \***

**Diogo Cardoso \*\***

\* Instituto do Oriente, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Portugal;  
Email: tasilva@iscsp.ulisboa.pt

\*\* Instituto do Oriente, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Portugal;  
Email: diogo\_miguel1@hotmail.com

## **RESUMO**

A República Popular da China estabeleceu, desde a Conferência de Bandung de 1955, relações diplomáticas com diversos países de África, América Latina, Ásia e Médio Oriente, quebrando assim um período de isolamento diplomático e aumentando a sua presença em outras regiões do globo. Atualmente, o envolvimento chinês na região dos *Middle East and North Africa* (MENA), não se concentra apenas na obtenção de recursos energéticos, mas também em questões de índole económico, político e

securitário, contemplando o papel geoestratégico da região como *gateway* e entreposto logístico para a *Belt and Road Initiative* (BRI). Esta presença cada vez mais consolidada da China na região impõe aos países MENA um conjunto de oportunidades e desafios que merecem um estudo aprofundado em sede académica. Para além da análise do envolvimento histórico e contemporâneo da China nos MENA, este artigo contemplará a análise das relações sino-sauditas, com o objetivo de compreender as implicações do aprofundamento das relações entre a Arábia Saudita e a China, bem como aferir o papel que o Reino Saudita pode desempenhar no aprofundamento das relações da China com os países da região, bem como as implicações da convergência entre a BRI e a iniciativa *Saudi Vision 2030*.

**Palavras-chave:** República Popular da China; MENA; Arábia Saudita; Belt and Road Initiative; Saudi Vision 2030

#### ABSTRACT

Since the Bandung Conference of 1955, the People's Republic of China has established diplomatic relations with several countries in Africa, Latin America, Asia and the Middle East, thus breaking a period of diplomatic isolation and increasing its presence in other regions of the globe. Currently, Chinese involvement in the Middle East and North Africa (MENA) region is not only focused on obtaining energy resources, but also on issues of an economic, political and security nature, contemplating the geostrategic role of the region as a gateway and logistical entrepot for the Belt and Road Initiative (BRI). This increasingly consolidated presence of China in the region imposes on the MENA countries a set of opportunities and challenges that deserve an in-depth academic study. In addition to the analysis of China's historical and contemporary involvement in MENA, this paper will contemplate the analysis of Sino-Saudi relations, with the aim of understanding the implications of deepening relations between Saudi Arabia and China, as well as gauging the role that the Saudi Kingdom can play in deepening China's relations with countries in the region, and the implications of the convergence between BRI and the Saudi Vision 2030 initiative.

**Keywords:** People's Republic of China; MENA; Saudi Arabia; Belt and Road Initiative; Saudi Vision 2030

---

## 1. Introdução

Desde a Conferência de Bandung, em 1955, a República Popular da China tem estabelecido relações diplomáticas com diversos países em diferentes regiões do mundo, incluindo África, América Latina, Ásia e Médio Oriente. Esse movimento representa uma mudança significativa na política externa chinesa, quebrando um período de isolamento diplomático e aumentando o seu prestígio e presença internacional.

No contexto dos países do Médio Oriente e Norte de África (MENA), a presença e envolvimento da China têm se expandido significativamente, abran-

gendo questões económicas, políticas e de segurança. Além da procura por recursos energéticos, a China reconhece o papel estratégico da região como um *gateway* e entreposto logístico para a *Belt and Road Initiative* (BRI). Essa crescente presença chinesa nos MENA impõe uma série de oportunidades e desafios que merecem uma análise aprofundada em sede académica.

Este artigo tem como objetivo analisar o envolvimento histórico e contemporâneo da China nos MENA, assim como investigar as relações sino-sauditas enquanto estudo de caso. Além disso, buscaremos compreender as implicações do aprofundamento das relações bilaterais entre a Arábia Saudita e a China, bem como avaliar o papel que o Reino Saudita pode desempenhar no fortalecimento das relações entre a China e os demais países da região. Além disso, abordaremos as implicações da convergência entre a *Belt and Road Initiative* e a *Saudi Vision 2030*.

A crescente influência económica e política da China nos MENA tem sido uma tendência observada ao longo das últimas décadas. A China emergiu como um importante parceiro comercial e investidor na região, oferecendo oportunidades para o desenvolvimento de infraestrutura, comércio e cooperação tecnológica. Por sua vez, os países dos MENA têm procurado diversificar as suas parcerias internacionais, e a China apresenta-se como uma alternativa viável, proporcionando benefícios económicos e uma nova dinâmica geopolítica.

No contexto das relações sino-sauditas, o aprofundamento desses laços bilaterais traz implicações particularmente relevantes. A Arábia Saudita desempenha um papel crucial no fornecimento de energia para a China e, ao mesmo tempo, busca atrair investimentos chineses para diversificar a sua economia. Com a convergência entre a *Belt and Road Initiative*, uma abrangente estratégia de conectividade e desenvolvimento liderada pela China, e a *Saudi Vision 2030*, um plano abrangente de transformação económica da Arábia Saudita, surgem assim novas perspectivas para uma cooperação ainda mais estreita entre os dois países.

Assim, este artigo procura oferecer uma análise abrangente e aprofundada do envolvimento chinês nos MENA, explorando o papel desempenhado pela Arábia Saudita nas relações sino-regionais. Ao examinar as oportunidades e desafios dessa parceria estratégica, pretendemos contribuir para uma melhor compreensão das implicações geopolíticas, económicas e políticas da crescente presença chinesa na região dos MENA e o seu impacto nas relações regionais.

## 2. Contexto histórico dos MENA

De acordo com o World Bank (2022), a denominação MENA refere-se aos territórios que compreendem um grupo geográfico no Médio Oriente e Norte de África. Este grupo geográfico é composto pelos seis membros do Conselho de Cooperação do Golfo (Bahrein, Kuwait, Oman, Qatar, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos), bem como 15 outros países ou territórios: Argélia, Djibuti, Egito, Iraque, Irão, Israel, Jordânia, Líbano, Líbia, Marrocos, Yemen, Síria, Tunísia, Cisjordânia e Gaza.

A eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918) e a dissolução do Império Otomano, em 1922, tiveram uma influência marcante para os MENA. Atualmente, a ordem regional nos MENA mudou consideravelmente, especialmente desde a Primavera Árabe, em 2011. A guerra na Síria perdura até aos dias de hoje, o conflito israelo-palestiniano ganhou um novo ímpeto com a política pró-Israel de Donald Trump, a crise do Iêmen não parece ter uma resolução próxima, o conflito sectário entre o Irão e a Arábia Saudita tornou-se mais intenso nos últimos anos, a retirada apresada dos Estados Unidos da América (EUA) do Afeganistão, sob a presidência de Joe Biden, complicou a situação regional, no entanto a importância dos países regionais cresceu. Não parece haver dúvidas que, volvidos mais de 100 anos da Primeira Guerra Mundial, o Médio Oriente continua envolto num dilema de guerra e paz (Jones, 2022).

A Primavera Árabe desencadeou-se na Tunísia através da Revolução do Jasmim. A 17 de dezembro de 2010, Mohamed Bouazizi, imolou-se como forma de protesto contra o desemprego. Este momento desencadeou uma maré revolucionária nos MENA. O líder da Líbia, Muammar Gaddafi foi morto, o presidente egípcio Hosni Mubarak e o presidente tunisino Ben Ali renunciaram aos cargos, o presidente iemenita Ali Abdullah Saleh entregou o poder do Iêmen ao seu vice-presidente e, na Síria, desencadeou-se uma guerra civil. Mais tarde, as forças islâmicas anteriormente oprimidas chegaram ao poder, o que causou grandes jogos políticos na região. A 24 de junho de 2012, Mohamed Morsi, presidente do Partido Liberdade e Justiça com ligações à Irmandade Muçulmana do Egito venceu as eleições, acentuando o conflito entre as forças islâmicas e as forças seculares, levando a que, mais tarde, através de um golpe militar, Morsi fosse deposto. Aproveitando o caos vivido na região, um novo grupo extremista surgiu - o Estado Islâmico do Iraque e do Levante (ISIS), que recrutou um número elevado de jovens e adultos de todo o mundo, financiando a sua atividade com a venda de petróleo e ocupando uma grande parte de território no norte do Iraque e da Síria (Jones, 2022).

De acordo com Chen (2020), após as revoltas e turbulências desencadeadas pela Primavera Árabe, a ordem geopolítica dos MENA passou por mudanças significativas. Em primeiro lugar, a capacidade e a vontade das grandes potências, especialmente os EUA, para controlar a região diminuiu. Em segundo lugar, após o enfraquecimento do papel de algumas das grandes potências na região, as potências regionais como o Arábia Saudita, Israel, Irão e a Turquia começaram a desempenhar um papel mais ativo e com mais autonomia, começando estes países a competir pelo domínio regional. Em terceiro lugar, as *Proxy Wars* continuam a devastar a região, sendo que em alguns casos as forças armadas são apoiadas por potências estrangeiras e continuam a lutar na Líbia, Síria e Iémen, não havendo sinais para o fim desses conflitos. Em quarto lugar, extremistas como o autoproclamado ISIS viram o seu poder declinar sob o ataque das grandes potências, especialmente a Rússia. A Rússia, por sua vez, fortaleceu a coordenação com a Turquia e o Irão através do Processo de Astana, conquistando assim uma posição firme na Síria. Em quinto lugar, uma nova onda de nacionalismos está a surgir nos MENA, do contexto de instabilidade política, declínio económico e guerras constantes, tornando-se assim outro problema nas relações entre as potências regionais.

### **3. Contexto da presença da China nos MENA**

Segundo Harris (1993), as relações da China e os MENA começaram com a assistência política chinesa nas lutas coloniais da região na década de 1950, levando à vitalização dos laços económicos e ao aumento do comércio, sendo que, no período pós-Guerra Fria, os objetivos da China na região eram mais económicos que políticos. Segundo Chen (2020), desde a Conferência de Bandung, em 1955, a China estabeleceu relações diplomáticas com diversos países da Ásia, Médio Oriente, África e América Latina, quebrando assim o seu isolamento diplomático e aumentou o seu prestígio internacionalmente. Coincidindo com Harris, Pigato (2009) conclui que o aumento de Investimento Direto Estrangeiro (IDE) chinês na região dos MENA tinha como principal alvo o Golfo Pérsico, rico em petróleo, observando ainda que o interesse da China consistia na transformação dos MENA num importante centro de serviços e ponte comercial entre a Ásia, África e Europa. De acordo com Kemp (2012), a ascensão da China, assim como de outras economias asiáticas emergentes, levou a um aumento na procura por recursos energéticos necessários para o crescimento a longo prazo, conseguidos através do aumento do comércio e de laços económicos. Kemp (2012), ainda afirma que, apesar de uma clara desvantagem para com os países da Europa Ocidental e dos EUA em relação a produtos de qualidade e proximidade, a China tinha vantagens significativas.

Tantos nos MENA como na África Subsariana, a China não tem uma história negativa como os antigos mandatos franceses e britânicos no Médio Oriente e não vincula a sua ajuda/negócios ao progresso dos direitos humanos, democratização ou considerações ambientais. Além disso, a China defende veementemente o não-intervencionismo, preferindo não tomar partidos nas rivalidades regionais.

Já em 2012, acreditava que a China estava satisfeita com o domínio dos EUA, no que concerne ao ‘security umbrella’ americano que estabilizava a região dos MENA à medida que a China continuava a beneficiar economicamente. No entanto, alegava que o declínio gradual da hegemonia dos EUA, em função da crescente interdependência económica entre o Médio Oriente e as potências asiáticas em ascensão, como a Índia, iria desencadear um inevitável conflito entre os EUA e a China (Idem).

Olimat (2012), aponta para a diversificação estratégica do relacionamento da China com os MENA, passando de um interesse limitado em energia, comércio e venda de armas para relações culturais, militares e cooperação política e, como Kemp (2012), prevê que o envolvimento chinês aumentará à medida que os seus interesses nos MENA vão aumentando. Por outro lado, este concorda com Harris (1993), ao enfatizar que, para a China, o desenvolvimento baseia-se na estabilidade alcançada por meio do desenvolvimento económico, e não pela democracia ou direitos humanos.

Mais recentemente, Dorsey (2019) argumenta que, apesar dos MENA se tornarem cada vez mais complementares à economia chinesa, a China não terá um controlo total sobre a região, isto porque outras grandes potências, tais como a Rússia, pretendem garantir as suas posições na região. Por outro lado, alega que a China não tem intenção de usurpar o domínio dos EUA na região, nem o domínio Russo/Iraniano na Síria, e concorda com Kemp (2012) que a China está satisfeita com a condução de negócios sobre o ‘security umbrella’ dos EUA. O aumento das atividades económicas e investimento nos MENA faz com que seja cada vez mais importante para a China a estabilidade nos MENA, não só para proteger os investimentos, mas também os cidadãos chineses alocados ao desenvolvimento de projetos chineses, podendo realçar-se diversos exemplos de resistência popular aos projetos chineses, tais como no Sri Lanka, no Sudão e no Paquistão.

O significado estratégico e energético dos MENA é bem conhecido há muito tempo, sendo que as potências tradicionais como a Grã-Bretanha, a França, os EUA, ou a Rússia, têm vindo a tentar garantir os seus interesses económicos, geopolíticos e de segurança há décadas, sendo possível identificar um intenso envolvimento dessas potências na política regional dos MENA. Por outro lado,

conforme já foi mencionado, as potências emergentes (p.e. BRICS), têm vindo gradualmente a aumentar o seu envolvimento, apesar deste ser de natureza e intensidade diferente das potências tradicionais (Ponízilová, 2019).

Os eventos dos últimos anos mostraram que a China não poderá contar para sempre com o modelo de arquitetura de segurança dos EUA, porque apesar de ambos os Estados terem interesses idênticos, as suas abordagens às questões políticas nos MENA diferem. O agravamento da situação de segurança na região e a natureza política frágil de muitos dos países, criam um ambiente difícil, levando ao aparecimento de novas ameaças que podem colocar em risco os interesses económicos chineses.

A retirada dos EUA do Afeganistão e o cada vez maior interesse dos mesmos no Indo-Pacífico retiraram algum protagonismo aos MENA. No entanto, outras grandes potências como a China, a Rússia ou a Turquia estão cada vez mais presentes na região, sendo extremamente importante estudar e perceber o impacto da sua presença nestes países.

#### **4. A atualidade das relações China-MENA**

De acordo com Scobell & Nader (2016), foram três os motivos que contribuíram para tornar os MENA importantes para a China, ao longo dos anos. Em primeiro lugar, a região é uma arena de grandes competições de poder, sendo que a liderança chinesa esteve sempre interessada em perceber como outras grandes potências agem, devido às implicações para a evolução geral do equilíbrio de poder na região, tendo em conta a importância do cumprimento das normas internacionais, tais como o respeito à soberania e a responsabilidade de proteger, estas moldadas pela forma como as grandes potências intervêm nas diversas crises que ocorreram e ocorrem nos MENA. Em segundo lugar, a segurança energética da China, que depende em grande medida dos países produtores de petróleo dos MENA, sendo este um mercado em constante expansão para bens e empresas chinesas. Em terceiro lugar, a região tornou-se uma extensão da vizinhança imediata da China devido aos vínculos étnico-religiosos transnacionais, tais como os grupos uígures do Turquestão que foram identificados a lutar na Síria, e que podem ser uma ameaça no que concerne às questões de Xinjiang. Conforme Degang (2019), a China cumpre os seus objetivos económicos e geopolíticos por meio de ferramentas económicas, apoiando o desenvolvimento e a diplomacia, não se envolvendo nos assuntos políticos domésticos ou regionais, nem com o uso da força militar, sendo por isso que a China não se envolveu diretamente em diversos conflitos que destabilizaram a segurança da região e que exigiram soluções militares para a sua resolução.



Como se sabe, a China é o maior consumidor e importador de recursos energéticos do mundo, sendo, a seguir aos EUA, o segundo maior importador e consumidor de petróleo, bem como um dos maiores consumidores mundiais de gás natural e eletricidade. O Médio Oriente, e neste caso, os MENA dispõem de grandes reservas de recursos, pelo que o interesse chinês na região é compreensível, sendo que diversos autores defendem que a procura de recursos por parte da China continuará a aumentar, se a sua economia e indústrias se continuarem a expandir (Wu, 2021). De acordo com Fraihat & Leber (2019), deve realçar-se a ideia de que, em vez da dependência energética da China em relação ao petróleo nos MENA, existe uma interdependência energética entre a China, por um lado, e os produtores de petróleo (principalmente os países do Golfo), por outro lado. O gigante asiático, conforme mencionado, é um grande importador de petróleo, gás natural e produtos petroquímicos, pelo que para os MENA terem um comprador tão importante é tão necessário quanto para a China garantir os recursos energéticos necessários para o seu crescimento económico e para alimentar a modernização.

Segundo Ponízilová (2019), os debates sobre as atividades políticas da China nos MENA concentram-se, geralmente, na sua crescente procura por recursos energéticos (petróleo e gás natural). No entanto o envolvimento chinês na região não passa só pelas questões energéticas, mas também por questões económicas, políticas e de segurança, que, muitas vezes, são negligenciadas nos debates sobre o assunto. Ou seja, a política externa chinesa para os MENA reflete um fenómeno mais amplo que contempla o crescimento da importância geoestratégica da região e da importância do uso de instrumentos económicos, enquanto elemento de política externa, alavancada para conseguir atingir objetivos geopolíticos. Os países da região MENA são, assim, recetores de investimento direto estrangeiro da China, sendo que a maior parte das importações da região advém da China, conseguindo esta afirmar-se como o maior parceiro comercial de nove países dos MENA (Argélia, Egito, Kuwait, Líbano, Líbia, Qatar, Arábia Saudita, Turquia e Emirados Árabes Unidos).

No que concerne aos debates sobre o declínio de poder das potências tradicionais (ocidentais) e da ascensão das potências emergentes, Fawcett (2020) afirma que as potências emergentes não estão preparadas para assumir um papel enquanto potência global e o seu envolvimento na política regional dos MENA, nos últimos trinta anos, é a prova disso. As potências emergentes, especificamente a China, podem ser percecionadas como novas potências económicas no sistema internacional, mas não como centros políticos ou militares capazes e/ou dispostos a atuar enquanto líderes globais, desempenhado assim o papel de fornecedores de paz, mediação e de política inter-



nacional em conflitos regionais. De facto, desde 2011, nenhuma das potências emergentes preencheu o vácuo político e de segurança na região, pelo que as potências regionais (Arábia Saudita, Irão ou Turquia) estão a procurar fazê-lo.

## **5. A Belt and Road Initiative (BRI) e os MENA**

A Belt and Road Initiative (BRI) foi amplamente influenciada pela lendária Rota da Seda. Há mais de dois mil anos, no ano 130 a.C, o oficial e diplomata chinês Zhang Qian recebeu a missão do Imperador Wu, da Dinastia Han, de realizar uma viagem pioneira para além das fronteiras da China. Esse foi o ponto de partida para a criação da Rota da Seda, uma complexa rede de antigas rotas comerciais que se estendeu até o ano 1453 d.C, quando o Império Otomano encerrou as rotas e rompeu as conexões com o Ocidente (UNESCO, 2021).

A Rota da Seda abrangia tanto as vias terrestres quanto as marítimas. A Rota da Seda Terrestre conectava a China ao oeste, passando por várias regiões, desde a China ao planalto iraniano, Cáucaso, Turquia e norte de África, enquanto a Rota da Seda Marítima estabelecia uma rota que ligava a China ao sudeste da Ásia, subcontinente indiano, Península Arábica, Somália, Egito e Europa, por mar. Esta rota marítima floresceu entre os séculos II a.C. e XV d.C., sendo reconhecida como a mais antiga rota marítima conhecida (UNESCO, 2021).

Em setembro de 2013, volvidos cerca de 2100 anos, o Presidente Xi Jinping anunciou a BRI, enquanto iniciativa que visava recuperar o espírito das mítica Rota da Seda, reivindicando um novo modelo de cooperação de benefícios mútuos, em busca da paz global e do desenvolvimento económico (Shang, 2019).

A história da Rota da Seda, com as suas interações culturais e comerciais entre civilizações distantes, serviu como inspiração para a conceção da BRI. A China procurou reavivar esta antiga rota comercial, promovendo a conectividade e o comércio entre a Ásia, Europa, África e outras regiões. A BRI é uma iniciativa ambiciosa que visa estabelecer uma extensa rede de infraestrutura, incluindo estradas, ferrovias, portos e corredores económicos, com o objetivo de impulsionar o comércio, facilitar a cooperação econômica e promover o desenvolvimento mútuo.

Ao traçar um paralelo com a história da Rota da Seda, a BRI procura recriar o espírito de intercâmbio e cooperação entre as nações ao longo das rotas comerciais. Através de investimentos em infraestrutura e projetos de cooperação, a China procura fortalecer as conexões económicas e promover o desenvolvimento regional. A BRI tornou-se uma plataforma para a coope-

ração económica e diplomática da China em escala global, com implicações significativas para o comércio, investimento e influência geopolítica.

No que concerne à política externa chinesa, no seio da BRI, as relações entre esta e os outros Estados devem pautar-se pelos princípios da coexistência pacífica; respeito mútuo pela integridade e soberania territorial; não agressão mútua; não interferência mútua nos assuntos internos; igualdade e benefício mútuo; coexistência pacífica (Shang, 2019).

Desde o lançamento da BRI, o IDE chinês vem aumentando exponencialmente, sendo que no ano de 2018 o IDE chinês diminuiu em todo o mundo exceto nos MENA, onde aumentou. Todos os países dos MENA, exceto a Síria, assinaram memorandos de entendimento com a China, no âmbito da BRI. Por outro lado, a China está cada vez mais presente no Mar Mediterrâneo, adquirindo, construindo, modernizando, expandindo e operando os mais importantes portos e terminais na Grécia, Egito, Argélia e Turquia, prosseguindo assim a expansão da Maritime Silk Road. As empresas chinesas procuram estabelecer parcerias nos países onde as restrições às liberdades civis e aos direitos políticos são reduzidas ou moderadas, permitindo estabelecer um ambiente suficientemente estável para os investimentos (Sarieddine, 2021).

## 6. As relações China-Arábia Saudita

A Arábia Saudita, com a sua enorme reserva de petróleo e gás, não é apenas o país mais importante e a maior economia do Golfo, mas também de todo o Médio Oriente. As relações comerciais da China com o Reino remontam à era da antiga Rota da Seda e, mais tarde, alguns laços políticos e económicos limitados foram estabelecidos durante as décadas de 1930 e 1940, mas todas as relações foram cortadas após a revolução comunista na China em 1949. Foram restabelecidos laços não oficiais após 1979, mesmo na ausência de relações diplomáticas formais, principalmente em três setores: permitir que os muçulmanos chineses realizassem o *Hajj*; limitadas mercadorias chinesas poderiam entrar no mercado saudita; e cooperação militar limitada quando a China começou a fornecer à Arábia Saudita mísseis de longo alcance (Duan & Aldamer, 2022).

O estabelecimento de relações diplomáticas formais ocorreu em 1990, abrindo um conjunto amplo de oportunidades para o desenvolvimento de relações comerciais e económicas. No entanto, não surgiu um efeito imediato. No novo milénio, a China acaba por tornar-se no principal parceiro comercial da Arábia Saudita e os líderes chineses valorizaram muito as relações com este país árabe, sempre manifestando interesses para as aprofundar mais. Em 2013, a China tornou-se o maior parceiro comercial da Arábia Saudita, em

exportações, e, assim, continua (Fulton, 2021). O comércio bilateral entre os dois países chegou a 77 mil milhões de dólares, em 2021 (The Observatory of Economic Complexity, 2023).

Do ponto de vista chinês, as relações com os países do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) são importantes por diversos motivos. Em primeiro lugar, a China vê os países do CCG como um parceiros confiáveis e fornecedores estáveis para as suas necessidades energéticas de petróleo e gás, pois aqueles possuem uma enorme reserva destes recursos e mais de 50% do consumo de petróleo chinês é fornecido pela Arábia Saudita. Em segundo lugar, a Arábia Saudita tem a maior economia do mundo árabe com uma influência significativa no mundo árabe e islâmico. Para além de ser membro do G20, a China considera o Reino política e estrategicamente importante para manter relações próximas e formar gradualmente uma parceria cada vez mais forte com ele. Em terceiro lugar, a Arábia Saudita é o membro fundador e mais influente da OPEP, tendo peso na decisão sobre a produção de petróleo e a fixação dos preços no mercado global, o que se demonstra extremamente importante para a China enquanto uma crescente nação importadora e consumidora de petróleo. Em quarto lugar, os países do CCG, juntamente com a Liga Árabe, reconhecem a política ‘Uma China’, praticando isso na sua política externa e diplomacia. Em quinto lugar, os países do CCG ocupam um lugar importante na BRI, sendo que estes apoiam e participam ativamente nas instituições financeiras criadas pela China para financiar a BRI. Todos os países do CCG, exceto o Bahrein, são membros do AIIB e estão a investir fortemente nele (Mostafa, 2019).

A China tem quatro objetivos principais nas suas relações económicas com a Arábia Saudita: construir uma parceria de longo prazo, estável e confiável no setor energético; expandir o comércio e o investimento na construção de infraestruturas e comunicação; colaborar em setores estratégicos como as questões aeroespaciais, energias renováveis e o uso pacífico da energia nuclear; e, por último, promover as viagens e o turismo entre os dois países (Idem).

No que respeita ao estreitamento das relações entre os dois países, existe uma grande convergência dos interesses estratégicos de ambos, através das suas duas grandes estratégias, a BRI e a *Saudi Vision 2030*, que foi proposta pelo príncipe herdeiro Mohammed bin Salman Al Saud. Riade, por um lado, tenta diversificar os seus laços comerciais e procurar mais oportunidades para o desenvolvimento no chamado século asiático. A Visão 2030 da Arábia Saudita visa reduzir a dependência do Reino na exportação de petróleo e procurar, assim, uma diversificação económica. Por outro lado, Pequim lançou a BRI para melhorar a conectividade e a parceria económica da China com

diversas regiões do mundo, criando assim uma rede global de comércio e produção centrada na China (Ehteshami, 2018).

A China e a Arábia Saudita assinaram, até à data e no âmbito da convergência das suas iniciativas de desenvolvimento (BRI e *Saudi Vision 2030*), centenas de memorandos de entendimento, acordos, protocolos e tratados para projetos de comércio, investimento e desenvolvimento, *joint ventures*, bem como novos projetos científicos de importância nacional e estratégica. Todos esses documentos foram assinados e negociados durante as frequentes visitas bilaterais dos principais líderes dos dois países, que se tornaram regulares. A visita histórica do Presidente Xi Jinping em 2016 à Arábia Saudita e a visita do Rei Salman bin Abdulaziz à China em março de 2017 consolidaram ainda mais as relações dos dois países. Durante a visita de 2017 foram assinados 21 acordos no valor de 65 mil milhões de dólares nas áreas da energia, cultura, educação e tecnologia, sendo que entre eles, a Saudi Basic Industries Corp (SABIC) e a Sinopec concordaram em desenvolver projetos petroquímicos na China e na Arábia Saudita. Outro dos memorandos assinados entre a gigante estatal petrolífera Saudi-Aramco e a China North Industries Group Corporation foi assinado, com objetivo da construção de refinarias e fábricas de produtos químicos na China. Um Memorando foi assinado para que o Reino participasse na missão lunar chinesa Chang E-4, bem como a fabricação de *drones*. A Saudi-Aramco adquiriu uma participação de 25% de uma refinaria chinesa em Fujian e a chinesa Sinopec assumiu uma participação de 37,5% na Red Sea Refining Company da Arábia Saudita. Já em agosto de 2017, de uma reunião entre o vice-Primeiro-Ministro da China, Zhang Gaoli e Khalid AlFalih, ministro da Energia, Indústria e Recursos Minerais da Arábia Saudita, surgiram 60 acordos no valor de 70 mil milhões de dólares, que abrangeram o investimento, comércio, energia, correios e comunicações, mostrando que a via de investimentos não é de sentido único, a Arábia Saudita aspira ser o maior investidor no setor de refinaria e petroquímica no mercado chinês (Fulton, 2021).

A cooperação militar e de segurança entre os dois países começou em 1985, quando o Reino comprou 36 mísseis balísticos e 9 lançadores de mísseis à China. No entanto, a cooperação nesta área nunca foi muito desenvolvida, uma vez que os Estados árabes do Golfo, e neste caso a Arábia Saudita, eram extremamente dependentes do Ocidente, em particular dos EUA, para as suas necessidades militares e de segurança. Em novembro de 2016, o Rei Salman encontrou-se com um enviado especial do Presidente Xi Jinping em Riade, onde foi assinado um plano de cinco anos para a cooperação de segurança nas áreas da cooperação antiterrorismo e exercícios militares conjuntos, sendo que a Arábia Saudita já se demonstrou interessada em adquirir armas e tecno-

logia militar chinesa, e a China está disposta a vender sem envolver questões políticas e ideológicas (Chen, 2020).

Atualmente, as relações militares da China e a venda de armas à Arábia Saudita ainda são muito baixas, podendo ser apontadas diversas razões para esse crescimento lento. Em primeiro lugar, os países do CCG podem não considerar a tecnologia e armas militares chinesas mais apropriadas e adequadas às suas necessidades e exigências. Em segundo lugar, poderão invocar-se razões políticas, visto que a Arábia Saudita não estará satisfeita com os estreitos laços militares da China com o Irão e com o papel e políticas da China em relação à crise na Síria e no Iémen. Em terceiro lugar, a liderança do Reino poderá estar preocupada que uma relação militar próxima com a China possa prejudicar as relações que mantém com os EUA, um aliado tradicional, comprometendo assim as aspirações de reconstruir a aliança estreita que existiu em tempos com a administração dos EUA (Naqvi & Rogers, 2021).

Segundo Mansour (2019), Pequim tentou manter o equilíbrio na manutenção das suas relações entre os adversários da região, ou seja, entre os países árabes e Israel e entre o Irão e a Arábia Saudita, tentando, assim, maximizar os seus interesses comerciais. No que concerne às questões contemporâneas, conforme já foi mencionado, a posição chinesa em relação à guerra na Síria e as relações com o Irão contrariam os interesses sauditas. A China apoia o Presidente Bashar al-Assad e a intervenção militar da Rússia na Síria, o que contradiz a posição do Reino de apoiar as forças da oposição. Essas divergências foram óbvias nas Nações Unidas, quando Pequim apoiou Moscovo na maioria dos vetos contra qualquer resolução de segurança da ONU que fossem do interesse dos revolucionários sírios. No acordo nuclear com o Irão, a China vetou várias sanções da ONU apoiadas pelo Ocidente contra Teerão, violando os interesses de segurança da Arábia Saudita na região. Aquando da retirada do Presidente Donald Trump do acordo nuclear com o Irão e a reposição das sanções económicas contra Teerão em 2018, a China e o Irão, sem surpresa, aproximaram-se. Em junho de 2020 foi divulgado que Pequim e Teerão estavam na fase final de aprovação de um acordo de 400 mil milhões de dólares envolvendo a compra e investimento de energia, 5G, comércio, infraestruturas e cooperação tecnológica. A China vem assim a conduzir subtilmente uma diplomacia equidistante no seu relacionamento com o Irão e a Arábia Saudita, bem como com Israel e os Estados árabes. Melhorar as relações com um país à custa de outro parece ser uma escolha improvável para a China (Mansour, 2019). Enquanto as monarquias do Golfo, incluindo a Arábia Saudita, são mais significativas economicamente do que o Irão para a China, o Irão poderá servir como uma alavanca diplomática nas negociações dos EUA com a China.

Esta não será uma escolha fácil para a China, à medida que a competição de poder e as *proxy wars* entre Teerão e Riade aumentam na região, será cada vez mais desafiador para a China manter boas relações com ambos os países (Mhalhal, 2019).

## 7. Conclusão

A presença chinesa na região do Médio Oriente e do Norte de África tem registado um crescimento significativo e tornou-se um tema de interesse e importância crescentes. O envolvimento da China na região MENA vai para além da procura por recursos energéticos, abrangendo dimensões económicas, políticas e de segurança. A Arábia Saudita é um país que emergiu como um ator fundamental nas relações da China com a região MENA. Posto isto, as relações entre a China e a Arábia Saudita registaram um acentuado aprofundamento nos últimos anos. A Arábia Saudita, enquanto grande fornecedor de energia, desempenha um papel crucial na segurança energética da China e os dois países estabeleceram parcerias em vários setores, incluindo o desenvolvimento de infraestruturas, o comércio e o investimento.

A convergência entre a BRI e a ambiciosa iniciativa *Saudi Vision 2030* da Arábia Saudita encerra um grande potencial para ambos os países. O alinhamento das suas estratégias de desenvolvimento oferece oportunidades para uma maior cooperação económica, transferência de tecnologia e benefícios mútuos. A visão da Arábia Saudita de diversificar a sua economia e reduzir a dependência do petróleo alinha-se com os objetivos da China de expandir o seu acesso ao mercado e promover o desenvolvimento sustentável.

O aprofundamento das relações entre a China e a Arábia Saudita tem, também, implicações mais vastas para a região MENA. Ao reforçar os seus laços com a China, a Arábia Saudita pode tirar partido da sua posição para promover relações mais estreitas entre a China e outros países da região, podendo isto levar a uma maior cooperação económica, investimento e comércio, bem como a uma maior estabilidade regional.

No entanto, a crescente presença chinesa na região do Médio Oriente e Norte de África também apresenta desafios e preocupações. Alguns observadores preocupam-se com as potenciais implicações geopolíticas e o impacto dessa presença nas economias e indústrias locais. Há preocupações quanto à sustentabilidade da dívida, à transparência e aos impactos sociais e ambientais dos projetos de infraestruturas de grande escala associados à BRI.

Em suma, a presença chinesa na região do Médio Oriente e Norte de África, em particular no contexto das suas relações com a Arábia Saudita, emergiu como uma força significativa na definição da dinâmica regional. O estreita-

mento dos laços económicos, políticos e estratégicos entre a China e a Arábia Saudita sublinha a importância da sua parceria. A convergência entre a BRI e a Visão Saudita 2030 oferece perspectivas de benefícios mútuos e de desenvolvimento sustentável. No entanto, há que prestar especial atenção aos potenciais desafios e garantir que a crescente presença chinesa contribua para o bem-estar geral e a estabilidade da região do Médio Oriente e Norte de África. A investigação e a análise académicas contínuas são cruciais para compreender a natureza multifacetada do envolvimento da China na região do Médio Oriente e Norte de África e as suas implicações para a dinâmica regional e os assuntos mundiais.

Data de receção: 19/07/2023

Data de aprovação: 22/09/2023

## Referências

- Chen, C-K. (2020). China in the Middle East: an Analysis from a Theoretical Perspective of “Path Dependence”. *East Asia* (2021) 38: 105-121.
- Degang, S. (2019). China’s Whole-of-Region Diplomacy in the Middle East: Opportunities and Challenges. *China Quarterly of International Strategic Studies*, 5(1), 49-64
- Dorsey, J. M. (2019). *China and The Middle East: Venturing into the Maelstrom*. London: Palgrave Macmillan.
- Duan, X., & Aldamer, S. (2022). The Saudi Arabia–China relationship at a crossroad: A neoclassical realist analysis. *Asian Politics and Policy*, 14(4), 114– 128. <https://doi.org/10.1111/aspp.12619>
- Ehteshami, A. (2018). Saudi Arabia as a resurgent regional power. *The international spectator*, 53(4). pp. 75-94. <https://doi.org/10.1080/03932729.2018.1507722>
- Fawcett, L. (2020). International Relations and the Middle East: Bringing Area Studies (Back) In. *St. Antony’s International Review*, 16(1), 117-122.
- Fraihat, I. & Leber, A. (2019). China and the Middle East after the Arab Spring: From Status-Quo Observing to Proactive Engagement. *Asian Journal of Middle Eastern and Islamic Studies*, 13:1, 1-17.
- Fulton, J. (2019). *China’s Changing Role in The Middle East*. Atlantic Council. Rafik Hariri Center for The Middle East.
- Fulton, J. (2021). *China between Iran and the Gulf Monarchies*. All Works. 4780. Disponível em: <https://zuscholars.zu.ac.ae/works/4780> Consultado a 28 de abril de 2023.
- Harris, L. C. (1993). *China Considers the Middle East*. New York. I.B. Tauris.
- Jones, P. (2022). A Middle East Cooperation and Security Process: Has the Time Come?. *Middle East Policy* 2022, 1-16.
- Kemp, G. (2012). *The East Moves West: India, China, and Asia’s Growing Presence in the Middle East*. Washington, D.C: Brookings Institution.



- Mansour, I. (2019). Treading with Caution: China's Multidimensional Interventions in the Gulf Region. *The China Quarterly*, 1-23. SOAS University of London.
- Mhalhal, M. Q. (2019). China-Gulf Relations for the Period 2001-2018. *Journal of US-China Public Administration*. 16:1, 23-34.
- Mostafa, G. (2019). *China's Relations with Arab Gulf States*. In IEREK Interdisciplinary Series for Sustainable Development. [https://doi.org/10.1007/978-3-030-01659-3\\_9](https://doi.org/10.1007/978-3-030-01659-3_9).
- Naqvi, S. F. H. & Rogers, R. A. (2021). China's Interdependent Relations with the Middle Eastern States: Prospects for Reconciliation and Peace. *Contemporary Chinese Political Economy and Strategic Relations: An International Journal*. 7:3, 1482-1520.
- Olimat, M. S. (2012). *China and the Middle East: From Silk Road to Arab Springs*. Milton Park: Routledge.
- Pigato, M. (2009). *Strengthening China's and India's Trade and Investment Ties to the Middle East and North Africa*. World Bank Publications. The World Bank.
- Ponižilová, M. (2019) Foreign Policy Activities of China in the Middle East: Establishing Energy Security or Being a Responsible Emerging Power?, *Journal of Balkan and Near Eastern Studies*, 21:6, 643-662, <https://doi.org/10.1080/19448953.2018.1506292>
- Sarieddine, T. (2021). Middle Kingdom Enters Middle East: A World-Systems Analysis of Peripheralization along the Maritime Silk Road Initiative. *Journal of World-Systems Research*, 27(1), 177-201. <https://doi.org/10.5195/jwsr.2021.1027>
- Scobell, A. & Nader, A. (2016). *China in the Middle East: The Wary Dragon*. Santa Monica: RAND Corporation.
- Shang, H. (2019). *The Belt and Road Initiative: Key Concepts* (1st ed.). Beijing: Springer & Peking University Press.
- The Observatory of Economic Complexity. (2023). *Trade Database*. Disponível em: <https://oec.world/en> . Consultado a 19 de julho de 2023.
- UNESCO. (2021). *About the Silk Roads*. Disponível em: <https://en.unesco.org/silkroad/about-silk-roads>. Consultado a 13 de maio de 2023.
- World Bank. (2022). *Middle East & North Africa*. Disponível em: <https://data.worldbank.org/country/ZQ>. Consultado a 28 de abril de 2023.
- Wu, B. (2021). China and New Middle East, *Journal of Balkan and Near Eastern Studies*, 23:3, 443-457, <https://doi.org/10.1080/19448953.2021.1888248>

### **Sobre os autores**

TERESA DE ALMEIDA E SILVA é Professora Catedrática no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP-ULisboa). Doutora, Mestre e Licenciada em Relações Internacionais pelo ISCSP-ULisboa. Tem uma Pós-Graduação em Estudos Islâmicos. É investigadora integrada no Instituto do Oriente, onde é Vice-Presidente e Coordenadora do grupo de investigação *Médio Oriente e Ásia Central*. As suas principais áreas de investigação são: Estudos de Segurança e Defesa; Fundamentalismo Islâmico; Subversão; Terrorismo; Médio Oriente e as Relações Internacionais; Política Externa das Grandes Potências.

[ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-8117-4376>]

DIOGO CARDOSO é doutorando em Relações Internacionais no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP-ULisboa), Mestre e Licenciado em Relações Internacionais pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP-ULisboa), com a dissertação “Rumos da Global Health Diplomacy: Os efeitos da COVID-19 na transformação da Health Silk Road”. É também Investigador Colaborador no Instituto do Oriente (ISCSP-ULisboa) e as suas principais áreas de investigação são: Política Externa Chinesa; Programa Espacial Chinês; Belt and Road Initiative; Presença da República Popular da China nos MENA e Dinâmicas Geopolíticas e Geoestratégia do Mar Mediterrâneo.

[ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-9126-8170>]

### **About the authors**

TERESA DE ALMEIDA E SILVA is a Full Professor at the Institute of Social and Political Sciences (ISCSP-ULisboa). She holds a PhD, a Master's and a Bachelor's degree in International Relations from ISCSP-ULisboa. She has a Post-Graduation in Islamic Studies. She is an integrated researcher at the Orient Institute, where she is Vice-President and Coordinator of the *Middle East and Central Asia* research group. Her main research areas are Security and Defense Studies; Islamic Fundamentalism; Subversion; Terrorism; Middle East and International Relations; Great Powers Foreign Policy.

[ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-8117-4376>]

DIOGO CARDOSO is a PhD candidate in International Relations at the Institute of Social and Political Sciences (ISCSP-ULisboa), Master and Bachelor in International Relations at the Institute of Social and Political Sciences (ISCSP-ULisboa), with the dissertation “Directions of Global Health Diplomacy: The effects of COVID-19 on the transformation of the Health Silk Road”. He is also a Collaborating Researcher at Instituto do Oriente (ISCSP-ULisboa) and his main research areas are: Chinese Foreign Policy; Chinese Space Program; Belt and Road Initiative; Presence of the People's Republic of China in MENA and Geopolitical Dynamics and Geostrategy of the Mediterranean Sea.

[ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-9126-8170>]